

04 ABR 1992

Diário Externa

04 ABR 1992

CORTILHO BRASILENSE

Precipitação pode causar embaraço com os credores

São Domingos — A interrupção por duas semanas, das negociações entre o Brasil e os bancos credores, em Nova Iorque, abriu espaço para a Argentina faturar politicamente durante a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que começa este fim de semana na República Dominicana. A decisão pode ter, também, exposto a equipe econômica a críticas, dentro e fora do País, num momento delicado para o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. No mínimo, ela obrigará o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que chefiará a delegação brasileira à reunião do BID, e o negociador da dívida, Pedro Malan, a um esforço de relações públicas para evitar danos. A Argentina pretendia aproveitar a reunião do BID para anunciar publicamente um acordo com os credores.

Embora tenha sido fortalecido por sua confirmação no cargo, Marcílio poderá perder espaço se a recusa do PSDB de integrar o governo de coalizão, que o presidente Fernando Collor está tentando montar, abrir o caminho para a entrada das forças mais conservadoras no Ministério. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, o principal articulador dessas forças, fez uma crítica velada ao ministro, nesta semana, em Nova Iorque, afirmando que o Brasil deveria fechar logo o acordo com os bancos sem ser rígido nos detalhes. O aumento da influência de Antônio Carlos e do PDS, por outro lado, poderia, na prática, dificultar a continuação da política de estabilização negociada com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A ironia da situação é que o



problema potencial de relações públicas que a equipe econômica poderá enfrentar durante a reunião do BID foi criado por duas pessoas que só têm a perder com isso. O vice-presidente do Citicorp, William R. Rhodes, e o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford.

Interessados, por suas próprias razões, em transformar a reunião do BID numa grande festa de celebração do fim da crise da dívida da América Latina, Rhodes e Mulford apostaram que o Brasil e a Argentina anunciariam acordos com os bancos em São Domingos. Num gesto pouco usual, interpretado como manobra de pressão em Brasília, o vice-presidente do Citicorp criou a expectativa de que isso aconteceria, divulgando um comunicado no início da semana passada sem consultar o negociador brasileiro, Pedro Malan.

Para Rhodes, o anúncio simultâneo de acordos em São Domingos valorizaria os papéis dos dois

países no mercado secundário, reduzindo as perdas para os grandes credores, e o liberaria para negociar com outros devedores em apuros.

Quanto a Mulford, o rumor nos meios financeiros é que ele está se preparando para voltar ao setor privado e gostaria de ver a questão da dívida da América Latina liquidada antes de deixar o governo.

A falta de um acordo neste momento entre o Brasil e os bancos não deveria surpreender. Marcílio previu, no mês passado, em Nova Iorque, que o acordo seria alcançado ainda no primeiro semestre. O ministro, o presidente do BC e o negociador da dívida têm enfatizado que o Brasil é a parte mais interessada nas negociações em chegar a um acordo o quanto antes. As diferenças que separam o Governo dos bancos podem parecer pequenas, ou apenas uma questão de detalhes, mas elas são, na verdade, as questões de cuja solução depende a viabilidade financeira do acordo.

A principal divergência é a taxa de juros que o País pagará por um bônus de conversão para ser oferecido aos bancos. Do ponto de vista do Governo, a remuneração desse papel tem não apenas que refletir o deságio de 35 por cento já acertado para a redução da dívida como ser hierarquicamente menos atraente do que outros instrumentos de renegociação. Caso contrário, a maioria dos credores converterá seus créditos ao par, a dívida de 41 bilhões de dólares em discussão não será reduzida de maneira significativa e o Governo terá que desembolsar um montante proibitivo na aquisição de garantias.